

Converter a dívida pode até dar certo

7 SET 1986

Elt

7 SET 1986

Rio — A rentabilidade das aplicações feitas no País através de empréstimos tende a decrescer a cada rodada de negociações entre o Governo e os credores: não há previsão de elevação expressiva das taxas de juros internacionais nos próximos anos, e o Brasil tentará, cada vez mais, reduzir o pagamento de spreads (taxas de risco). Dessa forma, a alternativa de conversão de parte da dívida externa em capital de risco pode ser atraente para as instituições financeiras internacionais, e bom para o Brasil, que precisa de aumentar o nível de investimentos diretos.

O presidente da Bolsa de Valores do Rio, Énio Rodrigues, estima em torno de 1 bilhão de dólares número pessimista, o volume de recursos que pode ser canalizado, inicialmente, para o capital de risco, através de conversão da dívida. O valor é significativo em termo de captação. Só para se ter uma idéia, no primeiro semestre do ano ingressaram nas Bolsas de Valores brasileiras 1,3 bilhão de dólares, referentes a subscrições de ações, com possibilidade de chegar a 2,2 bilhões de dólares até o final do ano.

De acordo com o presidente da Bolsa de Valores do Rio, existe uma grande disponibilidade de recursos no mundo para ser investido em capital de risco. E, inteiramente, há uma demanda crescente de capital por parte das empresas. Por outro lado, a poupança interna não deve ser suficiente para financiar o crescimento da economia, previsto em 7 a 8 por cento este ano e nos próximos, e, consequentemente, as aplicações necessárias para sustentar esse aquecimento.

Com o aquecimento da economia mundial nos últimos dois anos e a queda nas taxas de juros, recentemente, um grande volume de recursos passou a ser canalizado para investimentos de risco, incentivando a atividade das bolsas de Valores mundiais. O mercado de capitais brasileiro, apenas no que diz respeito a negociação com ações (as bolsas brasileiras não negociam títulos públicos, ao contrário das outras do mundo) está situado em sexto lugar.

Énio Rodrigues lamenta, no entanto, que não haja uma abertura para capital externo nas Bolsas de Valores brasileiras. Houve

uma tentativa nesse sentido, em 1976, com a criação das sociedades de investimento, através do decreto-lei 1401, mas, logo a seguir, houve recrudescimento da inflação no País, esvaziando a iniciativa. Na opinião de Énio Rodrigues, esse mecanismo pode ser adaptado, agora, no sentido de abrigar uma parcela de conversão da dívida externa.

Ele acrescenta que, pelo contatos já feitos pelo Governo, há uma possibilidade da conversão de cerca de 1 por cento da dívida, hoje em torno de 100 bilhões de dólares ou seja, em torno de 1 bilhão de dólares anuais. "O número é pessimista, porque as experiências de conversão, no mundo, vem se dando de forma muito mais incisiva, inclusive no Chile e uma parcela na Argentina, economia menos estáveis".

Um outro mecanismo de captação de recursos externos, que está em fase de regulamentação, é a constituição de fundos no exterior, para a aplicação direta nas Bolsas de Valores, na subscrição de novas ações. Énio Rodrigues alerta que essa fórmula não deve, inicialmente, trazer uma quantidade grande de recursos ao País. A possibilidade imediata estimada com base nas consultas já realizadas, é em torno de 300 milhões de dólares.

O presidente da Bolsa de Valores ressalta, no entanto, que essa é uma experiência válida, porque se constitui em mais um canal de comunicação com o mercado exterior, importante do ponto de vista de tornar o mercado brasileiro mais conhecido.

Ele acredita que outros mecanismos de captação de poupança externa podem vir a ser considerados, mas que é preciso verificar, primeiro, o resultado das experiências atuais, para mais tarde aprimorar uma legislação que permita ao investidor estrangeiro participar diretamente do mercado brasileiro.

Quanto a conversão de uma parcela da dívida, sobretudo aquela contraída pelas empresas estatais, em contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Énio Rodrigues ressalta que, para que isso seja espontâneo, por parte dos credores, é preciso haver uma perspectiva de rentabilidade das cotas do FND superior, à que hoje é verificada a nível dos empréstimos.